O psicólogo escolar no sistema de ensino público do Município do Rio de Janeiro: função e exercício

LUCIA MARIA OSÓRIO MORAES *
REGINA MARIA V. MURAT **

1. Introdução; 2. Localização da área de psicologia na Secretaria Municipal de Educação; 3. Objetivos da atuação da área de psicologia na AOE. Justificativas; 4. Análise do grupo de psicólogos da AOE; 5. Conclusão.

1. Introdução

No sistema de ensino do Município do Rio de Janeiro encontramos o trabalho psicológico sendo desenvolvido por servidores habilitados, na forma da lei, em psicologia. Atividades específicas dessa área são atualmente realizadas em duas assessorias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

Acreditamos que definindo o nosso grupo de trabalho através:

a) da localização da área de psicologia na Secretaria Municipal de Educação;
b) dos objetivos da área e suas justificativas;
c) da análise do grupo de psicólogos;
d) da apresentação de trabalhos desenvolvidos pelas equipes do 2.º e 17.º E-DEC,

* Coordenadora de área de psicologia da Assessoria de Orientação Educacional – AOE.
** Supervisora técnica da área de psicologia.

possamos caracterizar todo um trabalho psicológico que vem se desenvolvendo há vários anos na Secretaria de Educação.

2. Localização da área de psicologia na Secretaria Municipal de Educação

O nosso grupo de psicólogos está lotado na Assessoria de Orientação Educacional (AOE) da Secretaria Municipal de Educação.

Os psicólogos da AOE são originários dos centros distritais de orientação psicológica (ODOP) e das equipes técnicas distritais de orientação psicológica e educacional (ETDOPE), extintos em 1975 (O. S. n.º 7, de 1/9/75) e que passaram a integrar as equipes dos centros distritais de orientação (CDO), designadas, a partir de 1977, equipes técnicas de orientação educacional. Essas equipes, num total de 20, estão distribuídas pelos Distritos de Educação e Cultura (E-DEC) que compõem a rede escolar do ensino de 1.º grau e são compostas por nove psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais. A distribuição inicial de nove psicólogos em cada equipe foi mantida pela Sra. Secretária Municipal de Educação, através da Resolução n.º 49, de 23.11.77, que possibilitou o preenchimento das vagas deixadas pelos colegas que pediram exoneração do serviço público.

Assim, na AOE, através da Coordenação da Área de Psicologia, da supervisão técnica, desenvolvida por três psicólogas e dos psicólogos – cerca de 180 – nos CDO, o trabalho psicológico é feito em três níveis:

- Central
- Intermediário
- Local

A nível central, a ação do psicólogo se faz junto à AOE, contribuindo com o enfoque que lhe é pertinente para o equilíbrio da própria equipe da AOE, bem como, na medida do possível, junto às outras assessorias do E-DGE (educação especial, supervisão, etc.) da SME. Neste nível, o trabalho é desenvolvido através da Coordenação da Área de Psicologia e do grupo de supervisores da área.

A nível intermediário, pretende o psicólogo trabalhar junto ao E-DEC, ou seja, junto aos profissionais que aí interagem.

A nível local, essa atuação psicológica compreende o trabalho junto aos profissionais que estão diretamente envolvidos na dinâmica do processo educativo, ou seja: diretores de escola, professores, orientadores educacionais, supervisores, incluindo ainda outros agentes, tais como, inspetores, merendeiras, serventes.

Nestes dois últimos níveis – de E-DEC e de escola – o trabalho é realizado pelos psicólogos dos CDO de cada E-DEC.

3. Objetivos da atuação da área de psicologia na AOE. Justificativas

Impossível expor o que atualmente realizam os psicólogos nos DEC sem considerarmos todo um trabalho anterior desenvolvido nessa área. Numa breve visão retrospectiva, destacamos sobretudo a evolução do atendimento a nível individual para uma atuação de caráter social mais ampla. Essa mudança de enfoque culminou no início de 1975 quando no I Encontro entre CDOP e ETDOPE foi lançada oficialmente a proposta de uma psicologia preventiva.

Nosso objetivo posterior foi a sistematização deste enfoque, através da utilização dos conceitos de psicologia institucional.

Gostaríamos de mencionar aqui as justificativas para tal abordagem e começaríamos pela definição de instituição, considerando-a como as normas constituídas, assim como as normas constituintes e as relações existentes entre ambas.

Entendidas estas noções, percebemos que o instrumento de trabalho do psicólogo deve ser, principalmente, através de grupos. Nestes grupos, o psicólogo passa a trabalhar com as classes dos diferentes profissionais que estão envolvidos no processo educativo, deslocando o aluno do enfoque central, que lhe conferia toda a responsabilidade dos problemas educacionais.

Através de uma intervenção grupal, as dificuldades que se encontram na instituição – dinâmica do relacionamento interpessoal, forma o fluxo da comunicação em diferentes níveis –, impedindo o bom andamento do processo educativo, são investigadas, possibilitando a detecção dos conflitos institucionais e sua posterior elaboração. Evidentemente, existem limites desta atuação relacionados a todo um contexto no qual está inserida a própria instituição.

Este tipo de abordagem conta com a clarificação e análise constantes das resistências a esse trabalho, resistências estas que são uma forma de defesa da própria instituição. Contribui também para que o aluno e demais funcionários envolvidos no processo educativo não sejam agentes passivos em seu desenvolvimento. Neste momento, voltamos a enfocar o aluno como participante do processo, de acordo com suas próprias necessidades.

Nossos objetivos gerais podem agora ser expressos. Assim, com o trabalho que vimos desenvolvendo, visamos:

- possibilitar uma melhor comunicação entre os diferentes profissionais;
- clarificar e analisar as contradições implícitas no processo educativo;
- analisar as resistências encontradas;
- estabelecer os limites de atuação entre os diferentes profissionais e da influência sociopolítico-econômica na instituição

4. Análise do grupo de psicólogos da AOE

Julgamos importante incluir este item, neste trabalho, apesar de ser bastante superficial a análise que faremos. No entanto, vemos sua importância na medida

que o questionamento da função do psicólogo é lançado e que esta análise possa servir como sugestão de indagação a outros psicólogos, em outras instituições públicas e/ou privadas.

Diremos, inicialmente, que este grupo tem um passado comum à maioria dos seus componentes e que apresenta características decorrentes das situações vivenciadas extra e- intra-institucionalmente. Apresentaremos, a seguir, as realidades com as quais o grupo vai se contactando.

4.1 *Dicotomia entre cargo e função*

Na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, esses especialistas são chamados a exercerem a sua função específica, mas o cargo que ocupam é de professor e como tal recebem. Essa dicotomia entre cargo e função enfraquece o grupo e é reforçada pelo sistema que, utilizando esses profissionais, ainda não criou o cargo de psicólogo.

O reflexo desta situação vem sendo bastante questionado pelo próprio grupo de psicólogos, que atualmente conta com o apoio das suas associações – APPRJ, ABPA e Conselho Regional de Psicologia/5ª Região – para a criação do cargo, tanto no estado como no Município do Rio de Janeiro.

4.2 *Lei 5.692 em que se baseia a política educacional atual*

Fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, esta lei, já em seu capítulo I, art. 1.º, diz textualmente que: "O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania."

Considerando a "Psicologia o campo das ciências humanas, que visa a compreensão do homem (de sua natureza) e utiliza recursos para facilitar a sua autocompreensão, identidade e auto-realização" (definição de Elcie F. S. Masini), percebemos que a atuação do psicólogo, embora implicitamente, está prevista na Lei 5.692. Na realidade, o trabalho psicológico constitui uma atividade básica na área educacional. Entretanto, a interpretação literal do texto, para muitos, não dá abertura para um amplo trabalho de psicologia, mesmo naqueles meios educacionais que dispõem de recursos humanos para tal.

4.3 *Fusão administrativa dos dois Estados – Rio de Janeiro e Guanabara, em 1975*

Com a fusão, os centros de atuação dos psicólogos foram extintos – os CDOP e ETDOPE, já mencionados no início desta exposição – e foi criado o CDO que

conservou os diferentes profissionais daquelas equipes sob uma nova coordenação, a da orientação educacional. Esta mudança mobilizou todo o dinamismo interno das equipes, bem como o do grupo de psicólogos, como um todo.

4.4 *Fase de transição do grupo*

Esta realidade está diretamente relacionada ao trabalho do grupo. Com um passado próximo de uma atividade centrada no aluno (fase do psicodiagnóstico, do atendimento), identificada com a própria percepção do sistema, que vê no aluno o *necessitado*, o *carente*, o grupo, após ter vivido esta fase, pode perceber que as dificuldades educacionais não são resultantes das dificuldades do aluno (por ex.: dificuldade para se alfabetizar) e sim fruto de um sistema maior, sociopolítico-econômico, que se reflete na educação e conseqüentemente na instituição, atingindo a todos, inclusive às crianças.

Ainda em relação ao trabalho, é interessante registrar a expectativa dos diferentes profissionais da instituição, que colocam no psicólogo a figura mágica daquele que vai resolver estas dificuldades.

4.5 *Ambigüidade de ações em relação ao grupo*

Essa ambigüidade é percebida em diferentes níveis. Vejamos: paralelamente a toda expectativa em relação ao trabalho do psicólogo, a própria instituição – SME, solicita a outros serviços de psicologia trabalhos nesse campo, distanciando-se de seus próprios recursos humanos, visto que dispõe desses especialistas em suas equipes técnicas.

Por outro lado, a experiência do grupo, que há longo tempo vem atuando nesse campo, o que lhe confere uma maior responsabilidade no trato dos problemas educacionais, o conduz a um trabalho que de algum modo vem sendo realizado através dos conceitos de psicologia institucional (conforme já mencionado anteriormente), numa tentativa de equacionar as dificuldades no âmbito educacional de um outro ponto de vista. Entretanto, persistem as solicitações para o trabalho centrado no aluno. E os psicólogos dos CDO são envolvidos em situações de testagens. Percebemos aí uma das dificuldades da própria instituição. Através de relatórios, o grupo tenta clarificar os meios de que tecnicamente dispõe para, juntamente com os demais profissionais, enfrentar os problemas da área de 1.º grau.

Atualmente, o psicólogo está às voltas com dois testes: um aplicado no início do ano, em alunos novos – o TMP – e outro aplicado ao final do ano, em alunos repetentes de 1.ª série – o Gille. Nestas duas situações, as dificuldades do aluno são consideradas estanques. São vistas como sendo só dele e não como fruto de um dinamismo de inter-relações, presente dentro da própria instituição (relacio-

namento entre os diferentes profissionais que lá interagem), como da relação da instituição com o sistema educacional vigente, que por sua vez está relacionado com todo o sistema sociopolítico-econômico. O teste rotula a criança num determinado momento de sua vida e este rótulo que lhe é dado, antes mesmo de ser conhecida e de conhecer a nova situação, a marcará definitivamente dentro do grupo e em seu autoconceito. Ao TMP, no início de sua vida escolar, segue-se o Gille. Tais rótulos dificultam a percepção natural da criança.

Considerando que os resultados desses testes não são representativos da real situação vivida pela criança, enfatizamos, aqui, o porquê do grupo não se basear neles para um trabalho posterior. Nesse fluxo de trabalhos em desenvolvimento e de solicitações, registramos como uma realidade essas ambigüidades de ações nesse campo.

4.6 *Dificuldade em perceber possibilidades e limites de ação*

Desde o momento em que diferentes profissionais, na área de educação, se propõem a trabalhar as inter-relações dentro da instituição, podemos perceber dificuldades relacionadas à caracterização das possibilidades e limites de cada um. Parecenos que essas dificuldades, que envolvem principalmente psicólogos e orientadores educacionais, refletem o momento que estamos passando. O psicólogo, por sua formação específica, tem condições, nesse campo das inter-relações intra e extra-instituição, contribuindo para clarificação de situações, possibilitando aos outros profissionais de disporem de seus próprios recursos. Daí, a importância da participação do psicólogo a níveis central e intermediário, podendo atuar já no começo dos processos.

A orientação educacional da AOE ao se voltar também para um trabalho em torno de inter-relações dentro da instituição, está, pelo que podemos perceber, fazendo os orientadores educacionais viverem uma fase de mudança de abordagem. Nessas condições, problemas de atuação em áreas afins, sempre apareceram, na medida que cada profissional, na prática, não utilizar a referência de ação que lhe é dada por sua própria formação.

5. Conclusão

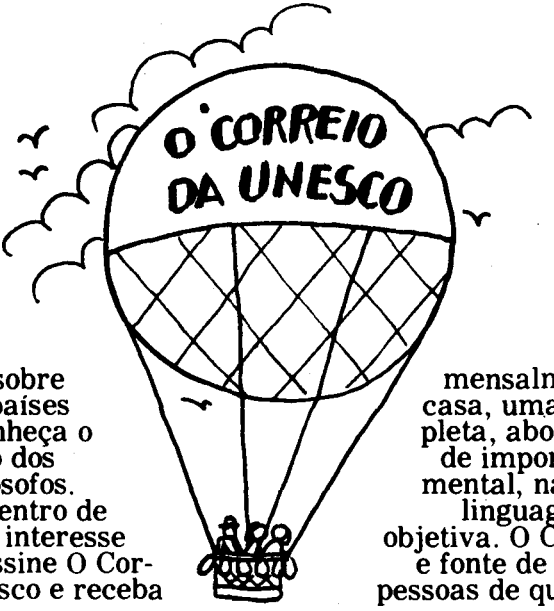
Nosso objetivo, nesse encontro promovido pela ABPA, foi trazer para os nossos colegas um instante de reflexão do que seja o trabalho do psicólogo em uma instituição, no nosso caso a Secretaria Municipal de Educação. Não importa o nome com o qual caracterizemos o nosso trabalho de psicólogo na área educacional. O aspecto institucional sempre se refletirá sobre esse trabalho.

Em nosso Relatório das atividades desenvolvidas nos E-DEC, no período de 76/78, registramos:

"A linha de ação preventiva foi desenvolvida por esses profissionais através de um posicionamento que orientou o desempenho das atividades para o trabalho em grupo, com o objetivo geral de obter o melhoramento dos meios de comunicação e das relações interpessoais, em todos os níveis que as mesmas ocorram – escola, equipe interdisciplinar, E-DEC, família, comunidade.

Estes aspectos foram também trabalhados pelo próprio grupo de psicólogos, nas oportunidades que se apresentaram, visando a integração do mesmo em todos os níveis de ação da instituição onde estão lotados, contribuindo, assim, para uma ampla e adequada utilização dos conhecimentos psicológicos."

Viaje pelo mundo sem pagar Cr$ 22 mil. O Correio da Unesco leva você.



Saiba tudo sobre a vida nos países amigos. Conheça o pensamento dos grandes filósofos. Fique por dentro de assuntos de interesse mundial. Assine O Correio da Unesco e receba mensalmente, em sua casa, uma revista completa, abordando temas de importância fundamental, narrados numa linguagem simples e objetiva. O Correio é lazer e fonte de consulta para pessoas de qualquer idade.

São onze números por ano. A assinatura anual custa Cr$ 150,00. Escreva para Caixa Postal 9.052, Rio de Janeiro. Mande cheque pagável no Rio ou Vale Postal, em nome da Fundação Getulio Vargas.